

Pena justa ou guilhotina

José Roberto Arruda

• Tudo na vida tem sua medida. O vôo do pássaro e o pecado dos homens.

Desde os primeiros códigos, há mais de dois mil anos, para cada erro a sua pena. O nome disso é civilização. Pena maior do que o erro é a barbárie.

Não matei, não roubei, não lesei os cofres públicos, não cometi crime.

Por isso julgo que não posso ter a pena máxima. Seria como decretar pena máxima para quem comete uma infração de trânsito.

Admiti publicamente minha falha, o que não é comum entre os políticos, e aí é que passei a receber chuvas de pedras atiradas pelos farienses de plantão.

Tenho sido, nas últimas semanas, atacado de todos os lados. Não encontro espaço de defesa. Nem para publicar respostas a um noticiário que força uma condenação máxima, prévia, injusta e inapelável. A sociedade do es-

petáculo quer sangue!

Por isso, antes de qualquer coisa, devo agradecer este espaço democrático.

Quero dizer que a falha, que houve e confessei, não pode ser aproveitada para a vindita infame. É evidente o prejulgamento quando se pede a abertura de um processo mas já se estipula, de antemão, a pena máxima. Então, para que o processo?

Nas ditaduras é que é assim. Na democracia, a justiça exige graus e níveis, pesos e medidas para erros e penas. Fora daí, é o fascismo.

Será que ter acesso a uma lista de votação é um pecado da mesma dimensão de quem desviou 160 milhões do TRT?

A quem interessa a execração pública, o exagero da pena?

Interessa, primeiro, aos que têm medo da lista, pelos códigos da hipocrisia política que ela possa conter. Interessa a quem quer usar esse episódio para expiar toda a culpa nacional acumulada,

como uma grande catarse concentrada numa falha menor para lançar as maiores ao esquecimento.

E, finalmente, interessa aos que só edificam projetos a partir dos escombros dos projetos dos outros, circunstancialmente adversários.

E a quem não interessam esses exageros? Não interessam à Justiça, ao Congresso e à democracia, que não podem se deixar levar pela histeria coletiva, pela hipocrisia dos que usam episódios como esse para lançar cortina de fumaça que encobre questões que realmente importam.

Como líder, defendi com entusiasmo e dedicação um governo que anunciava mudar a prática político-econômica do país e levá-lo a futuro melhor.

Talvez tenha exagerado em muitas coisas: sou o autor do projeto que proíbe a venda e o porte de armas de fogo no Brasil. Fui o relator do projeto que proibiu a propaganda de cigarros. E ainda briguei para que o Gama ficasse na primeira divisão do futebol brasileiro. Quan-

tos interesses contrariados!

Depois de tudo isso, não tenho família poderosa, não tenho jornal, nem rádio, nem televisão. Não tenho empresa, fortuna, fazenda. Não tenho "forças políticas", nem partido. Mas tenho uma conduta, o apoio dos que me conhecem, e conhecem o meu trabalho e a minha história de vida e tenho a convicção de que não posso ser condenado à pena capital por um erro banal.

Estou convencido de que a mídia e a opinião pública estão superdimensionando o episódio do painel de votação porque estão fartos do denunciamento irresponsável que ultimamente tomou conta do país. E querem que eu pague por isso. Mas é justo?

A diferença entre a pena justa — que ensina e aprimora o comportamento dos homens — e a guilhotina é a diferença entre a democracia, que defendemos, e o fascismo, que abominamos.

JOSÉ ROBERTO ARRUDA é
senador pelo Distrito Federal